

SUPRINDO: 27324

CONTRATO Nº 003/2013

016

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS E  
PROJETOS, QUE NA FORMA ABAIXO ENTRE SI  
FAZEM:**

Por este instrumento particular, as partes abaixo mencionadas e qualificadas, acordam entre si firmar o presente Contrato de prestação de serviços, conforme as cláusulas e condições a seguir elencadas:

**1 – Qualificação das Partes**

**AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB**, sociedade de economia mista, portadora do CNPJ nº 01.274.240/0001-47, com sede na Rua 18-A nº 541, Setor Aeroporto, Goiânia – GO, neste ato representada por seu Presidente **Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 1775014 2ª Via DGPC/GO e CPF nº 520.367.901-00, residente e domiciliado em Goiânia – Goiás, por seu Diretor Técnico **Hélio José da Silva Filho**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Carteira de Identidade nº 3158050 – 2ª via DGPC/GO e do CPF nº 782.742.061034, residente e domiciliado em Goiânia – Goiás e por seu Diretor Financeiro **André Tavares Sanabio**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 3129402 2ª Via, DGPC/GO e CPF nº 806.192.661-04, residente e domiciliado em Goiânia – Goiás, denominada **CONTRATANTE**.

**CAMAMAR ENGENHARIA LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vavelita, Qd.75 Lt.11, 1º andar, Vila Oliveira, Aparecida de Goiânia – Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 00.514.456/0001-70, neste ato representada por seu sócio **Sr. Antônio Carlos Higino de Cuba**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 840.997 SSP/MG e do CPF nº 144.676.906-20, residente e domiciliado na cidade de Goiânia – Goiás, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade de Tomada de Preços nº 010/2012, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Estadual nº 7.466/2011 e 7.600/2012, conforme termo de Homologação e processo administrativo nº 002389/2012, regendo-o no que for omissso.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços para elaboração de Estudos, Planos e Projetos para Regularização Fundiária do Bairro Ceu Azul, Rio Verde



– Goiás, conforme descrições contidas no Termo de Referência e Anexos que fazem parte integrante do presente instrumento e proposta comercial da Contratada.

1.2. Os serviços deverão atender a todas as orientações constantes no Termo de Referência.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS E ETAPAS, CRITÉRIO DE APROVAÇÃO E CONDIÇÕES DE ACEITE DOS PRODUTOS

1.1. Dos produtos e etapas:

PRODUTOS E ETAPAS	
Produtos	Subproduto
<b>Produto 01</b> <b>Diagnóstico da Situação</b> Objetiva traçar um perfil da área objeto de urbanização em seus diversos aspectos (ambiental, topográfico, físico territorial e fundiário), devendo apresentar a sistematização e a espacialização dos dados e das informações da área em questão.	<i>Atividades previstas para subproduto 01:</i> Levantamento da situação fundiária e Levantamento da Legislação Pertinente
	<i>Atividades previstas para subproduto 02:</i> Levantamento Planialtimétrico Cadastral e Levantamento Físico-territorial
<b>Produto 02</b> <b>Concepção do Projeto de Urbanização</b> Proposta de intervenção, em nível preliminar, contendo a sistematização e espacialização das informações obtidas no diagnóstico. É a primeira aproximação da configuração espacial e do dimensionamento do projeto	<i>Atividades previstas para subproduto 03:</i> Estudo Preliminar para Plano de Regularização Fundiária, Projeto de Urbanização e Parcelamento do Solo e Pré-orçamento/QCI estimado
<b>Produto 03</b> <b>Projeto Básico</b> Consiste na elaboração do projeto executivo, devendo apresentar as soluções gerais para os problemas diagnosticados com definição de readequação de vias, redimensionamento de lotes, propostas de realocação (se for o caso), definição de áreas para praças e equipamentos públicos, objetivando a clara compreensão da obra a ser executada	<i>Atividades previstas para subproduto 04:</i> Projeto de Urbanização e Parcelamento do Solo Aprovado
	<i>Atividades previstas para subproduto 05:</i> Plano de Regularização Fundiária
	<i>Atividades previstas para subproduto 06:</i> Detalhamentos e Elementos Complementares, Planejamento e Estratégia de Execução da intervenção, Orçamento Final/QCI

1.2. Do critério de aprovação e condições de aceite dos produtos



a) Os produtos devem ser apresentados pela contratada em versão preliminar a uma comissão, determinada pela Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB, para análise e acompanhamento das atividades executadas e, posterior, emissão de parecer técnico. Caso sejam solicitadas correções, a contratada deve realizar os ajustes ou as complementações demandadas, encaminhando novas versões quantas vezes forem necessárias, até aprovação definitiva dos produtos, de acordo com as normas técnicas vigentes e o estabelecido em contrato entre as partes.

b) Após a execução das devidas correções e a aprovação definitiva, os produtos relativos a este Termo de Referência, em versão final, deverão ser entregues à Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB, através da Diretoria Técnica – DITEC.

Obrigatoriamente, cada produto especificado será apresentado, conforme orientação da Diretoria Técnica – DITEC da Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB, em meio físico (impresso) e em meio digital, conforme especificado a seguir:

- Os produtos deverão ser escritos em Língua Portuguesa e entregues para análise: em 2 (duas) vias originais (versão preliminar) e em 3 (três) vias originais (versão final, após aprovação dos órgãos responsáveis), impressas em qualidade “laserprint” ou similar e no formato exigido nos produtos, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- A formatação dos documentos, na versão preliminar e na final, deve observar as seguintes características: em programas de edição de texto e planilha; fonte Arial ou Calibri, tamanho 11; páginas numeradas; espaçamento simples entre linhas e 1,5 entre parágrafos; margens das páginas: esquerda com 3 cm, direita com 2 cm, superior e inferior com 2 cm; cabeçalho/rodapé com 1,6 cm.

Na apresentação final de cada produto, exige-se a entrega das Anotações de Responsabilidade Técnica - ART relativas a cada conselho a que pertencem os profissionais envolvidos, para juntada ao processo administrativo do contrato.

- Os produtos também serão apresentados nas mídias CD ou DVD, conforme conteúdos formatados e gravados em editor de texto e de planilhas, respectivamente com extensões .DOC e .XLS, e arquivos gráficos em software do tipo Cad, com extensão .DWG. Após aprovação, os produtos finais deverão estar nas extensões .PDF, .DOC, .XLS e .DWG. e ser entregues em meio físico e digital, organizados conforme o Anexo II, da Orientação Operacional nº 02 de 2011. Os arquivos não serão aceitos se estiverem em forma compactada.



3

• Os mapas e as plantas serão plotados nos formatos e tipos de papel (Sulfite ou poliéster, de acordo com o exigido pela legislação municipal) solicitados na descrição dos produtos, contendo escala gráfica e numérica, legenda e norte geográfico e magnético. Os demais documentos estarão em formato A4, com padrão a ser fornecido pela AGEHAB, e serão impressos em papel tipo Sulfite.

c) Os relatórios, laudos e demais documentos solicitados deverão ser complementados com tabelas, mapas, quadros, formulários, entre outros, que se fizerem necessários para a perfeita compreensão dos serviços a serem executados. Todas as peças técnicas, componentes do trabalho executado pela contratada, serão entregues nos prazos previstos em contrato e passarão a pertencer à Agência Goiana de Habitação – AGEHAB.

### 1.3. Acompanhamento e prazo para análise dos produtos:

a) O acompanhamento e a supervisão dos trabalhos executados pela empresa contratada ficarão a cargo da Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB, através da Diretoria Técnica – DITEC.

b) O prazo total de cada etapa (especificado no item 11) prevê o tempo necessário para avaliação e validação pela comissão técnica designada pela Agência e para possíveis correções solicitadas a serem executadas por parte da contratada. Sempre que o projeto for reprovado, em qualquer uma das etapas, as correções requeridas deverão ser apresentadas em, no máximo, dois dias úteis. Esse tempo correrá a partir da data de comunicação oficial da reprovação ao executor dos produtos. No prazo final, deverá ser entregue o produto validado e apto a dar seguimento às próximas etapas previstas, sem deixar margem para o acúmulo de pendências.

c) A Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB terá plenos poderes para agir e tomar decisões pertinentes aos serviços em relação à contratada, inclusive rejeitando elementos que estiverem em desacordo com o contrato ou cuja metodologia de execução seja considerada inadequada ou deficiente pela supervisão.

d) Cabe à Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB verificar a ocorrência de fatos passíveis de penalidades contratuais. A comissão técnica comunicará ao setor competente o acontecido, instruindo os relatórios de ocorrência com os documentos necessários e, em caso de multa, indicando seu valor.

e) A contratada estará obrigada a assegurar e a facilitar o acesso da comissão técnica aos serviços e a todos os elementos, dados e informações que forem necessários ao



desempenho de sua função. Esta também deverá produzir, se solicitados, relatórios específicos sobre quaisquer aspectos relativos a justificativas técnicas e/ou estudos comparativos em relação a relatórios anteriormente apresentados.

f) A Equipe Técnica designada, representando o executor do contrato, terá um prazo de aproximadamente sete dias úteis para análise de cada um dos subprodutos entregues pela empresa contratada, de acordo com o previsto no Cronograma de Execução. Eventuais atrasos neste cronograma, por parte da contratada, estarão sujeitos à multa contratual, cuja aplicação será avaliada pela contratante de acordo com as motivações e as justificativas apresentadas.

g) O início de alguns produtos depende da aprovação e da finalização dos produtos anteriores, que, por sua vez, estão subordinadas à análise de órgãos externos. Nestes casos, existe um tempo fixado para início e término das análises e se, extraordinariamente, houver a necessidade de alterações nesse prazo, a contratada deverá informar à contratante para submeter sua solicitação à aprovação da equipe de acompanhamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA GESTÃO DO CONTRATO**

3.1. Os serviços, objeto do presente contrato, deverão ser executados dentro do prazo de 10 (dez) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogada, desde que solicitado pela interessada, devidamente justificado e nos casos previstos em Lei.

3.1.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses.

3.2. Ao gestor do contrato - representante designado pela Contratante - caberá fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

I - anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

II - transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

III - dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

IV - adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;



SECRETARIAS  
SECRETARIA  
DE ESTADO DAS CIDADES



GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL

V - promover, com a presença do contratado, a verificação dos serviços e fornecimentos já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

VI - esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

VII - fiscalizar a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1. O valor total do presente contrato de acordo com a Proposta Comercial da Contratada é de R\$ 182.655,66 (cento e oitenta e dois mil seiscientos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), que será pago após a entrega e aprovação dos serviços.

4.2. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de recursos do **Contrato de Repasse nº 0352904-60/2011 / Ministério das Cidades / CAIXA.**

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado mensalmente após a protocolização e aceitação pela Contratante da primeira via original da Nota Fiscal/Fatura correspondente devidamente atestada pelo gestor do contrato, até o 10º dia útil do mês subsequente ao do serviço prestado de acordo com o Cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada.

5.2. O gestor do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a primeira via original da Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuadas.

5.3. Para a liberação de pagamento a Contratada deverá apresentar ainda:

a) Cópia da Certidão negativa de débito junto ao INSS, o Certificado de Regularidade de situação junto ao FGTS, Certidão Municipal e Trabalhista;

5.4. Havendo antecipação do prazo de conclusão de cada etapa, a Contratada poderá apresentar a fatura correspondente para o devido pagamento.

5.5. Apresentar também as guias de INSS, FGTS e folha de pagamento ou contra-cheques devidamente quitados, dos funcionários que prestarem mão-de-obra no mês anterior ao do pagamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. São obrigações da Contratada:

• Utilizar mão-de-obra capacitada e suficiente, bem como instrumentos necessários para a execução dos serviços, assegurando sua finalização nos prazos convencionados;



6

- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização da equipe da Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e dos serviços;
- Retirar de atividade, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação da CONTRATANTE, qualquer empregado ou técnico que, a critério da CONTRATANTE, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
- Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços a efetuar, como também, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- Executar os serviços obedecendo à melhor técnica vigente e enquadrando-se rigorosamente nos preceitos normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- Substituir e/ou complementar as peças técnicas produzidas, conforme solicitação da Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB;
- Assumir inteira responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e resultantes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à contratante ou a terceiros, em virtude de culpa ou dolo na execução do contrato, independente de ocorrerem ou não em áreas correspondentes à natureza de seus trabalhos;
- Manter atualizada a Certidão Negativa de Débito - CDN, durante a vigência do contrato, quanto a tributos federais, estaduais e municipais, bem como às contribuições sociais e ao Certificado de Regularidade de FGTS - CRF, com as devidas comprovações entregues na Assessoria Jurídica - ASJUR da Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de serviços nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da lei 8.666/93;
- Emitir Nota Fiscal correspondente a sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- No caso de denúncias de qualquer natureza, a contratada deverá encaminhar um técnico ao local, imediatamente, para apurar e fazer relatório sobre a precedência das mesmas, instruído com a devida documentação comprobatória;
- Constar em seu quadro técnico, profissionais inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que atuarão como responsáveis técnicos pelas obras e pelos serviços a serem executados;
- Quando houver necessidade de aprovação e licenciamento dos projetos em órgãos externos, como as prefeituras municipais, obriga-se a empresa contratada a



**AGEHAB**  
Agência Goiana de Habitação

SECRETARIA  
DE ESTADO DAS CIDADES



GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL

responsabilizar-se por eventuais correções, ajustes ou complementações solicitados, encaminhando novas versões quantas vezes forem necessárias até a aprovação definitiva, de acordo com as normas técnicas vigentes e o estabelecido entre as partes em contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A Contratante obriga-se a:

- a) Acompanhar a execução do contrato;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com os especificados;
- c) Proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;
- d) Indicar preposto para acompanhar toda a execução do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS**

8.1. Caso a contratada não cumpra os prazos de execução dos serviços declarados na sua proposta e no cronograma físico-financeiro aprovado pela AGEHAB, ficará sujeita à multa, obedecidos os seguintes limites máximos:

8.1.1. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

8.1.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma dos serviços não cumprido;

8.1.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma dos serviços não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.2. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério da AGEHAB, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

8.3. As multas, após regular processo administrativo, deverão ser recolhidas nos prazos que a AGEHAB determinar sob pena de sujeição à cobrança judicial.

8.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a AGEHAB poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada, as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa na forma prevista no item 12.1;





III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEHAB, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a AGEHAB pelo tempo que perdurar a punição, ou até que seja promovida a reabilitação da Contratada e após ressarcidos os prejuízos resultantes, para a AGEHAB.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1. À AGEHAB reserva-se o direito de rescindir o contrato ou instrumento equivalente, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à Contratada direito a indenização de qualquer espécie, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do citado art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

9.3. A rescisão que trata dos incisos I a XII e XVII do artigo 78, sem prejuízo das sanções descritas na Lei, acarretará as consequências previstas nos incisos do art. 80 da Lei nº 8.666/93.

9.4. No interesse da Administração Pública desde que justificado, a AGEHAB poderá rescindir o contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O presente contrato reger-se-á pelas suas cláusulas e normas consubstanciadas na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. Fica declarado competente o foro da Comarca de Goiânia, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato.



E por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença de testemunhas conforme abaixo, em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Goiânia, 14 de janeiro de 2012.

  
Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho

**PRESIDENTE**

  
Hélio José da Silva Filho

**DIRETOR TÉCNICO**

  
André Tavares Sanabio

**DIRETOR FINANCEIRO**

  
Antonio Carlos Higino de Cuba

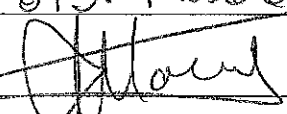
**CAMAMAR ENGENHARIA LTDA - EPP**

**Contratada**

Testemunhas:

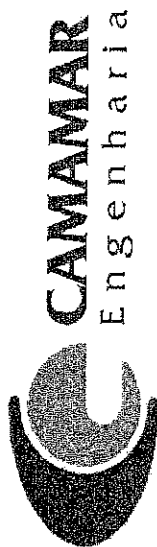
1 -  Paulo:

CPF: 875.448.001-20

2 - 

CPF: 307.122.601-72

  
Eliane Maria Rios Freedy Jardim  
OAB/GO Nº 22.419  
AS JUR - AGEHAB



Tel.: (62) 3275-1030  
Rua Vavelita, s/nº, Qd. 75, Lt. 11, 1º Andar  
Vila Oliveira  
Aparecida de Goiânia - GO  
CEP 74.955-540  
CNPJ 00.514.456/0001-70

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QTD.	PREÇO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1.	Levantamento da Situação Fundiária e levantamento da legislação pertinente à Regularização Fundiária	Horas / Relatórios	1,00	17.341,49	17.341,49
2.	Levantamento topográfico cadastral e levantamento físico-territorial	m² / Relatórios e Mapas	1,00	96.800,00	96.800,00
3.	Estudo Preliminar para Plano de Regularização Fundiária, Projeto de Urbanização e Parcelamento do Solo e Pré-Orçamento/QCI estimado	Horas / Relatórios	1,00	28.369,33	28.369,33
4.	Projeto de Urbanização e Parcelamento do solo aprovado	Horas / Relatórios	1,00	17.057,85	17.057,85
5.	Plano de Regularização Fundiária	Horas / Relatórios e Mapas	1,00	9.741,88	9.741,88
6.	Detalhamentos e elementos complementares, planejamento e estratégia de execução da intervenção e orçamento final / QCI	Horas	1,00	13.345,11	13.345,11
				<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>	<b>132.655,66</b>

(cento e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos)

